

# Vigilância contra a gripe

Fiocruz foi anfitriã de curso, promovido junto à Opas, que reuniu equipes dos 27 laboratórios centrais e dos centros de referência para discutir monitoramento do vírus influenza

Maíra Menezes e Max Gomes

**S**empre que uma amostra é coletada de um paciente com gripe, existe a possibilidade de que ela revele a presença de uma nova variedade do vírus influenza, causador da infecção. Por conta da transmissão respiratória, as novas variedades do vírus têm potencial para provocar surtos e até mesmo uma pandemia em escala global. Embora não seja frequente – e por isso, apenas quatro pandemias de gripe foram registradas desde 1918 –, a possibilidade de impactos tão relevantes deixa clara a importância do monitoramento permanente desses micro-organismos. A vigilância sobre as mudanças naturais do vírus é um dos trabalhos de rotina no Instituto Oswaldo Cruz (IOC/Fiocruz), que atua como referência nacional em influenza para o Ministério da Saúde por meio do Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo. O Instituto foi anfitrião do curso *Vigilância laboratorial: seleção,*

*processamento e envio de amostras para diagnósticos de influenza e outros vírus respiratórios*, promovida junto à Organização Pan-Americana de Saúde (Opas) e com apoio do Ministério da Saúde. A capacitação reuniu profissionais dos 27 Laboratórios Centrais (Lacens) dos estados e do Distrito Federal e dos centros de referência regionais para influenza no país, localizados no Instituto Adolfo Lutz, em São Paulo, e no Instituto Evandro Chagas, no Pará.

“A vigilância dos vírus influenza tem vários objetivos. Um dos principais é monitorar as linhagens que estão circulando, em cada país e globalmente, para decidir sobre as cepas que serão incluídas na vacina da gripe do ano seguinte. Além disso, uma vez que esse vírus pode mudar bastante, é possível o aparecimento de novos subtipos com potencial pandêmico, como aconteceu em 2009 [quando surgiu o vírus A(H1N1)pdm09, nomenclatura estabelecida como forma de diferenciar a variante do vírus em re-

lação à que circulou até 2008]. Para saber disso, precisamos do monitoramento com dados gerados por uma rede de laboratórios, como existe no Brasil”, explicou a pesquisadora Marilda Siqueira, uma das organizadoras do curso e chefe do Laboratório de Vírus Respiratórios e do Sarampo do IOC.

Na mesa de abertura do evento, estiveram presentes Marilda Siqueira; o assessor da Vice-Presidência de Laboratórios de Referência da Fiocruz, Marco Aurélio Horta; a coordenadora-geral de laboratórios do Ministério da Saúde, Mariana Pastorello Verotti; a responsável pela área de vigilância da influenza no Ministério da Saúde, Walquíria Almeida; e a consultora internacional especialista em laboratórios da Opas Juliana Leite. A atual situação econômica, política e sanitária do Brasil foi lembrada pelos participantes, que ressaltaram a relevância da atuação dos profissionais e das instituições da área da saúde nesse contexto.



Em três dias, profissionais discutiram diversos aspectos da vigilância laboratorial do vírus influenza (Foto: Gutemberg Brito)

## Do local ao global

Além de discussões sobre metodologias para diagnóstico laboratorial e identificação das linhagens dos vírus influenza, o treinamento contou com espaços para troca de experiências e para apresentação das perspectivas nacionais e internacionais sobre o tema. A consultora Juliana Leite ressaltou que os profissionais que atuam na ponta do processo de vigilância devem ter a compreensão da relevância global das suas ações. “A vigilância da influenza envolve uma cadeia que, no Brasil, começa nos Lacens e passa pelos centros de referência regionais até chegar ao centro de referência nacional, que é responsável por enviar informações e amostras para o centro colaborador da OMS nas Américas. Cada amostra que chega aos laboratórios é preciosa. A boa coleta e o bom processamento das amostras são a base para toda a vigilância da influenza”, enfatizou.

Dos 27 Lacens do Brasil, 19 já são capacitados para realizar análises pela técnica de RT-PCR em tempo real, que permite identificar os subtipos do vírus influenza A. As unidades que ainda não contam com a

metodologia enviam as amostras para avaliação nos centros de referência regional, já que a detecção dos subtipos – como H1N1, linhagem da influenza pandêmica, ou H5N1, causador da gripe aviária, por exemplo – é fundamental tanto para a elaboração da vacina como para a detecção de novos patógenos. Amostras prioritárias para testes também são encaminhadas para os centros de referência por todos os laboratórios para análises aprofundadas. Em alguns casos, até mesmo o sequenciamento genético dos vírus pode ser necessário, o que é feito no nível de referência nacional.

Segundo Mariana Verotti, do Ministério da Saúde, a atuação coordenada da rede é essencial para a agilidade da resposta à influenza. “A realização de um curso voltado para as equipes técnicas é muito importante não apenas pela capacitação oferecida, mas pela troca de experiências e pela possibilidade de traçar um panorama da situação da vigilância laboratorial da influenza no Brasil”, declarou.

Por se tratar de um país continental, que reúne diferentes padrões climáticos, o Brasil apresenta um cenário variado quanto à circulação dos vírus influenza. De caráter sazonal, a gripe costuma acontecer, sobretudo, no in-

verno, mas o período de maior intensidade da doença pode durar até 12 semanas no país, começando mais cedo em algumas regiões e acabando mais tarde em outras. Atualmente, cerca de 250 unidades de saúde distribuídas por todas as regiões atuam como sentinelas para detecção da doença, realizando a coleta de informações e amostras nos casos de Síndrome Gripal (SG) e Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG), em que o paciente necessita de internação. Além disso, desde a pandemia de gripe de 2009, existe um sistema de vigilância universal dos casos de síndrome respiratória aguda grave.

De acordo com Walquíria Almeida, do Ministério da Saúde, os dados epidemiológicos, combinados com os resultados laboratoriais, podem contribuir para melhorar a assistência aos pacientes. “A influenza provoca mortalidade e tem um impacto importante na saúde pública. Por isso, é necessário prevenir e controlar a sua ocorrência. Com as informações que reunimos a cada ano, conseguimos avaliar, por exemplo, os fatores de risco para o desenvolvimento de casos graves, como a idade dos pacientes e a existência de comorbidades. Essas informações são úteis para os profissionais que fazem o atendimento”, afirmou.



Profissionais dos 27 Laboratórios Centrais (Lacens) dos estados e do Distrito Federal e dos centros de referência regionais para influenza participaram do treinamento (Foto: Gutemberg Brito)